



Repensando o tratado da Antártida: A eficácia jurídica do documento e o futuro do continente austral.

Autor(es): Gilnei Pereira Alchimowich Anton
Apresentador: Gilnei Pereira Alchimowich Anton
Orientador: Sadi Macedo Sapper
Revisor 1: Cristina Pereira Alchimowich Anton
Revisor 2: Anelize Maximila Lorea
Instituição: Universidade Católica de Pelotas

Resumo:

Título:

Repensando o Tratado da Antártida: A eficácia jurídica do documento e o futuro do continente austral

Autor:

Gilnei Pereira Alchimowich Anton

Orientador: Prof^o Dr^o Sadi Macedo Sapper

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a eficácia jurídica do Tratado da Antártida, sobre o interesse de todos os países do planeta em compartilhar o continente Austral devido aos seus aspectos científicos, políticos e geológicos, bem como o trabalho feito para manter a Antártida em seu estado natural devido ao efeito nocivo da atividade humana naquele território. Em um cenário onde a evolução e a exploração defrontam-se diretamente com a necessidade da conservação rebata a importância adaptação do homem em rever suas ações em territórios ligados diretamente ao meio ambiente onde a menor alteração poderá acarretar em uma degradação desenfreada afetando tanto a vida marinha, biológica e fatores econômicos do Planeta. Analisa ainda, a criação do Tratado da Antártida, seu término em 1991 e sua ratificação, a entrada do Brasil como membro consultivo e a instalação de uma base permanente. A pesquisa reflexiva cumpre a função de reiterar a importância desse continente para o Brasil e o mundo, seus aspectos estratégicos, as dificuldades encontradas pelo Brasil e a importância do tratado face à exploração econômica e a necessidade da militarização e, ainda, sobre a reivindicação territorial baseada em princípios e os aspectos políticos do tratado. No decorrer deste trabalho, foram analisados todos os artigos do Tratado da Antártida e a visão do Direito Internacional Público sobre o mesmo, a técnica utilizada foi uma pesquisa qualitativa, explicativa e documental, além de uma revisão bibliográfica histórica, construindo, como resultado, uma visão jurídica e ecológica da Antártida, afim de enfrentar um futuro político incerto e a intenção de transformar o território Antártico em patrimônio comum da humanidade.

Palavras chave:

Visão Histórica
Tratado

XVIII

CIC

XI ENPOS
I MOSTRA CIENTÍFICA



**Evoluir sem extinguir:
por uma ciência do devir**



D.I.P
Futuro